



Recebimento: 30/04/2019
Aceite: 30/05/2019

CONSTRUÇÃO DA ESFERA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO URBANO-REGIONAL: PRÉ-CONDIÇÃO AO PLANEJAMENTO SOCIALMENTE NECESSÁRIO

CONSTRUCTION OF A PUBLIC SPHERE AND A URBAN-REGIONAL DEVELOPMENT: PRE-CONDITION TO A SOCIALLY NECESSARY PLANNING

Cilene Gomes¹

Resumo

Propondo-se a um exercício do método histórico-crítico e de discussão exploratória para futuras sistematizações investigativas, o objeto de reflexão do presente artigo concerne à construção social da esfera pública para o debate sobre o desenvolvimento urbano-regional, tomado como pré-condição indispensável ao planejamento socialmente necessário. Procura-se reaver os sentidos gerais da história recente sobre as relações entre o tempo social presente e o processo de globalização, mediado pelo princípio ativo da informação e da comunicação, e, além disso, busca-se ressaltar a hipótese formulada por Milton Santos de transição a um suposto novo período demográfico da história. Considera-se o atual contexto de discussões sobre a institucionalidade metropolitana da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, tendo em vista destacar, a caminho da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, o ponto crítico dos processos de participação social nas relações entre Estado e sociedade. Apontamentos sobre as relações entre construção da esfera pública, comunidade e comunicação se alinharão à abordagem da democracia entendida como modo de vida e à premissa do lugar como força de resistência, levando a considerações finais sobre o papel da universidade nos processos de formação social e política de novos pesquisadores, profissionais e cidadãos, em vista da construção de um novo modelo cívico para a crise de civilização em que vivemos.

Palavras-chave: Informação. Comunicação. Esfera Pública. Desenvolvimento regional. Organização do Território.

Abstract

The object of reflection of the present article refers to the social construction of a public sphere for a debate on urban-regional development which is taken as an indispensable precondition to socially necessary planning, proposing an exercise of the historical-critical method and exploratory

¹ Doutora em Geografia (USP). Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba – Univap, São José dos Campos – SP, Brasil. E-mail: cilengomes2011@gmail.com

discussion for future research systematizations. It seeks to recover the general meaning of recent history on the relations between the present social time and the globalization process, mediated by the active principle of information and communication, besides that, it emphasizes the hypothesis of transition formulated by Milton Santos to a supposed new demographic period of history. It is considered the current context of discussions about the metropolitan institutionality of the Vale do Paraíba and Litoral Norte region, in order to highlight, on the way to the elaboration of the Integrated Urban Development Plan, the critical point of the process of social participation in the relations between the State and the society. Records on the relations between the public sphere construction, community and communication will align with the approach of democracy understood as a way of living and the premise of place as a force of resistance, leading to final considerations on the role of the university in the process of social and political formation of new researchers, professionals and citizens, in view of the construction of a new civic model for the crisis of civilization which we live in.

Keywords: Information. Communication. Public Sphere. Regional development. Territory Organization.

Introdução

A motivação do artigo surgiu a partir de uma articulação conceitual delineada no processo de investigação teórica, mediada pela realização de pesquisas empíricas recentes, envolvendo as relações gerais entre comunicação e território e as pré-condições ao suposto novo período demográfico da história, tal como prenunciado por Milton Santos (2000).

Com a ideia motriz assim esboçada, uma recorrência reflexiva se impôs para a construção temática e para a elucidação da hipótese de trabalho. Esse retorno a desenvolvimentos teórico-empíricos precedentes inclui, primeiro, a recuperação de alguns sentidos gerais sobre a sociedade da informação e da comunicação, que ascende, historicamente, em concomitância ao fenômeno da aceleração contemporânea (SANTOS, 1996; 2000), ao tempo social da globalização econômica e sociocultural, prolongando-se no período que se estende a partir do decênio de 1980 aos nossos dias. Daí decorrem dois outros entendimentos para explicitar a proposta estrutural do presente artigo. Partindo da premissa da indissociabilidade entre espaço, técnica e sociedade, a remodelação do território verificada com as sucessivas implantações dos modernos sistemas tecnológicos das telecomunicações, informática e informação instaurou a preocupação intelectual com a dialética das ações em escala global e local (SANTOS, 2005; GOMES, 2017) e, sobretudo, com a notável transformação das relações entre a esfera pública e a privada (FLICHY, 1993).

Além dessa retomada investigativa, a temática geral proposta pela revista tornou-se bem favorável ao propor a perspectiva multidimensional de tratamento da questão do desenvolvimento, aliado ao ordenamento territorial, fundando-se na compreensão das inter-relações entre as diferentes instâncias sociais e na ênfase dada ao papel paradoxal das comunicações na reorganização da sociedade contemporânea. Esse estímulo à elaboração do artigo veio de encontro aos estudos e pesquisas engajados no debate atual acerca das incertezas e dos desafios condizentes à reorganização do espaço urbano-regional e, portanto, ao processo de planejamento do desenvolvimento urbano-regional instaurado a partir da institucionalização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (SÃO PAULO, 2012), e do Estatuto da Metrópole (BRASIL, 2015).

Nesse contexto geral, o tema nasce a partir da ideia de que se vive, hoje, mais plenamente, a condição histórica cada vez mais exigente de ações coletivas diversas, ações sociais qualificadas politicamente, ações posicionadas e compromissadas com a reconstrução da esfera pública, que se apoiam no debate acadêmico e social e se alicerçam em novas bases utópicas, possibilidades políticas construídas socialmente, para o desenvolvimento social e a reorganização do território no âmbito das políticas territoriais, urbanas e regionais. Diante dessa situação atual, chamam atenção os movimentos contraditórios de uma razão hegemônica instrumental à corrida desenfreada na busca de competitividade econômica (ARANTES, VAINER, MARICATO, 2013), incitando à “guerra dos lugares” (SANTOS, 2002) e, de outro lado, as dinâmicas de caráter socializante, envolvendo agentes e ações orientados por outras racionalidades, ou contrarracionalidades que professam a ascensão de novas forças ou condições históricas, mais particularmente, a das pré-condições ao novo período

demográfico da história (SANTOS, 2000), cuja centralidade estaria precisamente nos seres humanos, nas populações tomadas no todo e na sociodiversidade.

Essas relações de complementação e de oposição precisam ser melhor compreendidas e elucidadas e esse esforço permeia a discussão acerca da reconstrução da esfera pública, e, tal como se supõe, na convivência democrática, ela possa se constituir em todos os domínios da vida social e/ou da vida pública.

Assim, a problematização da realidade desdobra-se em uma preocupação teórica e em outra, empírica: de um lado, urgem melhores entendimentos sobre a dialética entre verticalização e horizontalização das relações ou ações sociais (SANTOS, 2000; BICUDO, 2009), também demarcadas pelo novo contexto constitucional que prescreve e autoriza os processos de integração federativa e participação social, em todos os âmbitos da política pública de caráter social e territorial. Problemas inerentes à história da democratização do país emergem em todo lugar, hoje, como desafios a uma total revisão teórica e epistemológica que engloba a recuperação dos conceitos de política e democracia e, também, as aspirações pela edificação de verdadeiras comunidades e a renovação das interações sociais e da comunicação humana, comunicação ilesa (Eda Tassara), promovendo o aprendizado da participação política dos indivíduos – tornados cidadãos – nos debates e decisões da vida pública e social.

Considerando que as espécies de comunidade (criadas socialmente na história) dependem das modalidades de interação social e da comunicação humana estabelecidas em diferentes contextos socioculturais (JOVCHELOVITCH, 2008) e, também, das representações sociais e da construção do sentido do lugar em que se vive, indaga-se sobre as forças propulsoras e condições para a construção da esfera pública voltada aos processos mais democráticos de planejamento urbano e regional.

Por hipótese, discute-se a premissa de um alinhamento teórico e da práxis acadêmica à transição do período científico-tecnológico-informacional ao período demográfico da história para reacender as proposições e forças da utopia de um novo humanismo concreto, aliadas ao processo de radicalização da vida democrática e de um planejamento urbano-regional fundado nas condições socioterritoriais desiguais e no que, a partir delas, se depreende por enfrentamentos socialmente necessários (RIBEIRO, 2005; SILVA NETO, 2015) para o desenvolvimento social e para a reorganização do território.

A construção da esfera pública no processo de planejamento urbano-regional é o objeto do presente artigo. Considerando que as dinâmicas da comunicação social e da política constituem a esfera pública, mobilizando a construção da opinião pública ou do senso comum, deixando transparecer a psicosfera social (SANTOS, 1996), ou mesmo a noosfera (Teilhard de Chardin, 2006), a esfera pensante, pretende-se refletir sobre os processos de construção social da esfera pública para o debate sobre o desenvolvimento urbano-regional na região do VPLN, visando reconhecer quais as pré-condições para o planejamento orientado pelo princípio de integração e pela função pública de interesse comum e, por isso, um planejamento socialmente necessário.

Objetiva-se apresentar uma perspectiva teórico-metodológica e de integração de agentes na construção da esfera pública, tendo em vista a elaboração de conhecimentos e uma discussão sobre a qualificação da ação social, elevando-a à condição de ação política e à humanização, como bases necessárias para a construção conjunta de diretrizes e estratégias de ação ao planejamento urbano-regional extensivo a toda a sociedade e à constituição do espaço que seja realmente de todos.

O artigo propõe-se a um exercício do método histórico-crítico e de discussão exploratória para novas sistematizações investigativas. Os aportes envolvidos condizem aos fundamentos da teoria social e do espaço de Milton Santos; à história das comunicações (BRETON e PROULX, 1991; GIOVANNINI, 1987); aos conceitos de ação e esfera pública (ARENDRT, 1995; JOVCHELOVITCH, 2000; RIBEIRO, 2014); aos apontamentos sobre comunidade (BUBER, 1987; JOVCHELOVITCH, 2008) e à abordagem, inspirada em compreensões da teoria política de John Dewey, trazida por Pogrebinschi (2004) sobre a democracia do homem comum.

Em recorrência a essa ordem de ideias, o artigo se organiza em três partes, mais as considerações finais. Na primeira, procura-se reaver os sentidos gerais da história recente para trazer à tona as relações entre o tempo social presente e o processo de globalização, mediado pelo princípio ativo da informação e da comunicação, bem como a transição histórica ao suposto novo período demográfico, que estabelece a dinâmica sincrônica dos diferentes lugares mais ou menos

alinhados ou defasados em suas pré-condições ao desenvolvimento social o mais pleno, universalista, à urbanidade da “cidade inteira de homens inteiros” (SILVA NETO, 2003) e cidadãos integrais.

Na segunda parte, a institucionalidade metropolitana do espaço regional da região do VPLN será retratada e a questão do desenvolvimento social será cotejada teórica e normativamente com as exigências do Estatuto da Metrópole, no que se refere ao princípio da integração de ações e à premissa da participação social.

Na terceira parte, apontamentos sobre as relações entre comunicação, comunidade e reconstrução da esfera pública alinhar-se-ão à abordagem da democracia entendida como modo de vida e à premissa do lugar como força de resistência em vista da reorganização socioterritorial nascida do que se entende por socialmente necessário, justo e humano.

Por fim, o artigo enfeixa suas considerações finais, ressaltando a assertividade e a colaboração do trabalho acadêmico nos processos de formação social e política de novos pesquisadores, profissionais e cidadãos, em vista da construção de um novo modelo cívico para a crise de civilização em que vivemos, uma crise urbano-societário-humanista (SILVA NETO, 2019).

Tempo social e globalização: informação e comunicação

Para compreender as relações entre o tempo social presente e o processo de globalização, é preciso considerar, na perspectiva do método geográfico (SANTOS, 1989), a indissociabilidade entre espaço, técnica e sociedade. Os mais diferentes lugares do planeta coexistem, se desenvolvem ou subsistem simultaneamente, mas não apenas isso, e, sim, de forma cada vez mais articulada a uma dinâmica que os engloba. Tempo social e globalização condizem à dinâmica sincrônica dos lugares intermediada pelo princípio ativo da informação e da comunicação.

A necessidade de conhecimento do mundo real e de aprimoramento da socialização humana estão na base da evolução dos sistemas técnicos e sociais no campo da informação e da comunicação. As comunicações representam a condição essencial de constituição do universo social e evoluem, mobilizando a informação produzida e organizada socialmente (BRETON e PROULX, 1991).

Das formas imediatas de comunicação humana às mais intermediadas pelos sistemas técnicos, uma longa história demarca o avanço das comunicações. Dos gestos e expressões corporais à linguagem oral e escrita; das formas de instrução e ensino aos contatos instigantes com centros de formação e difusão cultural, fontes vivas da comunicação social se organizam espacialmente, possibilitando ininterrupta exploração e descoberta da informação e da consciência do mundo. Com a evolução da imprensa e com os livros produzidos em escala, a necessidade social por notícias e informações se amplia consideravelmente, dando acesso à transição histórica para uma “cultura da mídia” (GIOVANNINI, 1987; BURKE, 1995), com o terreno propício a grandes inovações.

Telegrafia, telefonia e radiocomunicação potencializam a força da imprensa como meio de comunicação de massa e prenunciam, apoiadas por créditos ideológicos, científicos e institucionais, e por desenvolvimentos organizados a partir de interesses sociais e usos previstos (FLICHY, 1993), a notável revolução científico-tecnológica do século XX.

Dos primeiros sistemas de telecomunicações com linhas unindo-se, ponto a ponto, do espaço aos sistemas de redes sob o comando de unidades centrais de endereçamento de mensagens, e mais as evoluções que levaram à difusão do rádio, à publicidade, às novas mídias, ao computador, ao satélite, assim começava a nova revolução nos domínios da informação e comunicação que engendrará, de forma acelerada e surpreendente, o atual estágio de unificação sociocultural e econômica de nossos dias.

Nesse contexto, explica Breton (1987; 1990), a informação se define como função de comunicação, tendo o computador, em sua concepção, entre as bases conceituais de uma máquina para o tratamento da informação e para a comunicação, sendo, por isso, o ponto de convergência entre os três grandes territórios da comunicação moderna, as mídias, as telecomunicações e a informática, a unidade central de novos complexos de técnicas susceptíveis ao funcionamento integrado.

As comunicações e as informações tornam-se essenciais para o desenvolvimento econômico e para o exercício político, e para assegurar a coesão sociocultural das pessoas vivendo em comunidade (GOMES, 2001). Todavia, no contexto de mercados ampliados e esquadrihados, as comunicações não estão livres de incitar a “colonização ideológica” (BRETON e PROULX, 1991) na

oferta das mais variadas espécies de bens de consumo e no seu modo perverso (SANTOS, 2000) de fazer cultura.

De fato, os anos de 1980 e 1990, desenvolvem-se com o possível recurso a essa energia social que subentende ser a informação. A informatização do território e das atividades sociais impõe-se como condição irreversível. Os sistemas de redes se distribuem e estabelecem a base espacial para uma organização social cada vez mais centrada na circulação da informação. De forma que em

todo alcance geográfico, os sistemas espaciais são a evidência completa dessa conjunção de redes técnicas distintas que os sistemas de telecomunicações e informática configuram e coordenam. Mas não apenas isso, pela natureza das comunicações e dos novos fluxos e interações informacionais revelam o próprio modo de ser da sociedade de nossos dias (GOMES, 2001).

Assim, se o tempo social da humanidade se define, hoje, praticamente, à base das estruturas técnico-materiais de informação e de comunicação disponíveis à vida econômica e social, a dinâmica sincrônica do acontecer social torna-se possível e potencializada por essa condição de unicidade e instantaneidade dos eventos que os sistemas técnicos de informação e comunicação possibilitam nos mais distintos lugares e a partir deles.

Nesse contexto, as sucessivas implantações dos modernos sistemas tecnológicos das comunicações, informática e informação têm levado a remodelações notáveis do território brasileiro, gerando condições similares e, entretanto, ainda bastante desiguais nas diferentes regiões e lugares do país.

A concepção e a consolidação de um sistema nacional de telecomunicações, um novo sistema de indústria e os primórdios de uma política de informática nos anos de 1980 são algumas condições gerais promovidas pelo Estado para o funcionamento eficaz da economia e para a integração do território nacional. Para além de um sistema rodoviário ramificado e articulado, desenvolve-se a “segunda integração” territorial, tal como denomina Castillo (1998), e, com isso, a inserção da nação no plano da internacionalização do capital, modernização e expansão efetiva das comunicações no âmbito interno e externo.

Em meados dos anos 80, além de uma planta telefônica relativamente melhor habilitada para atender às regiões mais ricas, mas também a um numeroso conjunto de cidades e localidades menos prósperas em todo o território, o país já dispunha dos primeiros sistemas de comunicação de dados e já lançava os seus próprios satélites em vista de alargar a área de abrangência dos serviços prestados, entre eles, e inicialmente, sobretudo os de televisão e telefonia (GOMES, 2001).

Já no contexto da ordem neoliberal, com o término do monopólio estatal e o processo de privatização dos serviços, amparado pela Lei de Telecomunicações (1997) e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), com suas atribuições reguladoras e fiscalizadoras do processo de mudança, a situação das telecomunicações se redimensiona pela profusa iniciativa privada, também em razão de sua estreita e crescente associação com os novos sistemas e serviços que resultam da evolução político-normativa, econômica e técnica no campo da informática, levando à informatização gradual do território e da sociedade.

Consecutiva e simultaneamente ao progresso técnico-econômico e ao uso social das comunicações modernas tem se processado, no país, adiante os anos de 1960 aos nossos dias, a implantação dos sistemas técnicos de longo alcance territorial e uma constituição e integração cada vez maior de sistemas regionais e locais, incluindo aqui o próprio domínio do universo pessoal dos indivíduos, que se tornam cada vez mais integrados, por sua portabilidade de objetos tecnológicos, aos sistemas técnico-sociais das comunicações e de acessos e trocas informacionais globalizados.

Nessa remodelação territorial, as relações de proximidade e distância se alteram substancialmente, as conexões “ponto a ponto” do espaço crescem de forma exponencial e em múltiplas direções, transformando e mobilizando as dinâmicas de trabalho e da vida social.

No mar, em terra e pelo ar, as distâncias se encurtam e as comunicações recriam as formas de cooperação e união. Graças à mensagem recebida, ao sinal melhor captado e às ondas que se propagam, mas também, à voz audível e à imagem transmitida e, ainda, à informação que se transforma em unidade codificada e instrumento de controle e mobilização, os diferentes contextos regionais ou locais tornam-se muito mais integrados socialmente e uma nova divisão territorial do trabalho tende a se estabelecer (GOMES, 2001).

Sob o ponto de vista da remodelação do sistema de regiões e cidades do país, se, de um lado, se considera a ampla difusão dos novos sistemas e objetos de comunicação e informação, o processo, por outro lado, tende a manter e a agravar ainda mais o contraponto real das desigualdades sociais e econômicas. Há notadamente uma difusão generalizada, alterando os modos produtivos e de vida social cotidiana em todas as regiões e redefinindo o sistema urbano nacional, mas ela se dá seletivamente (SANTOS e SILVEIRA, 2001), em localizações preferenciais para a sustentação de ordens hegemônicas, mantendo as espacializações de concentração, diversificação e especialização no sudeste e sul do país, sobretudo em metrópoles e grandes cidades (GOMES, 2001).

As implicações socioespaciais e humanas dessa revolução científico-técnica (RICHTA, 1971) e da expansão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996) constituem, ainda, um imenso desafio à reconstrução do conhecimento e às reflexões filosóficas sobre a evolução da sociedade humana.

Dentre as consequências diretamente implicadas nas incursões do pensamento e da ação política, a redefinição das relações entre esfera pública e privada, a partir do que inspira Flichy (1993), parece ser uma das mais instigantes para conceber e discutir as remodelações utópicas e socioespaciais que podem se engendrar, hoje, nos lugares e a partir deles. A esfera pública se transforma ao longo da história e assume significados inteiramente novos no atual contexto da sociedade globalizada, envolvendo a amplitude e a distribuição dos pontos e fluxos de conexão do espaço constituindo as novas territorialidades das comunicações, assim como as relações dialéticas entre o que é global e o local, entre as relações sociais verticais e horizontais (SANTOS, 1996).

A questão da construção da esfera pública merece ser estudada teoricamente e de forma aplicada à discussão sobre o desenvolvimento social e econômico e, por conseguinte, o desenvolvimento urbano e regional. Para isso, antes será preciso contextualizar o escopo dessa discussão na circunstância histórica de criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e de reativação de orientações ao planejamento regional.

Institucionalidade metropolitana e espaço regional: a questão das relações entre estado e sociedade

A institucionalização de regiões metropolitanas e a criação da RMVPLN instigam a pensar na questão do desenvolvimento social e na reorganização do espaço urbano e regional, considerando os processos de cooperação interfederativa e a questão da participação social na construção coletiva do debate público e dos desígnios e diretrizes para o desenvolvimento integrado. Nesse escopo, a perspectiva da radicalização da vida democrática torna-se direcionamento reflexivo para balizar a discussão dos atuais impasses e desafios que se interpõem à política territorial e ao planejamento urbano e regional, fundados na premissa do que se faz socialmente necessário ou inadiável para o enfrentamento das desigualdades sociais.

Para além das controvérsias teóricas sobre o fenômeno da metropolização, se ele está presente ou não, e em que medida, na realidade do Vale do Paraíba e Litoral Norte, a nova unidade de planejamento foi instituída em 2012 (SÃO PAULO, 2012) e a questão sobre as implicações da nova institucionalidade torna-se alvo do interesse de agentes diversos.

Uma consequência favorável, inicialmente percebida, tem sido a de certa mobilização social em vista de se repensar o desenvolvimento regional e os rumos do planejamento territorial. Iniciativas de agentes locais, como universidades, institutos de pesquisa, organizações e coletivos diversos tendem a se manifestar em vista da formação de grupos para discussão de questões afins e a organização de eventos para reunião de agentes envolvidos ou interessados (inclusive do poder público), realização de debates, reconhecimento de estudos e trabalhos em andamento. De fato, a existência formal da região metropolitana tornara-se ponto de convergência e estímulo aos intercâmbios e à elaboração de visões de conjunto do espaço regional, de sua organização e dinâmicas de transformação e, sobretudo, às discussões e proposições sobre o desenvolvimento social e a reorganização territorial.

No espaço assim entreaberto para associações e acompanhamento do acontecer político-institucional encaminhado pela Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (SÃO PAULO, 2015), e em momento posterior às mobilizações acima referidas, a dinâmica social pareceu refluir e se acomodar em desenvolvimentos ou ações de âmbito microssocial direcionados a objetivos

específicos de interesse local ou extra-local e ao tratamento de temáticas também específicas, mas, direta ou indiretamente, ligadas às problemáticas regionais.

Assim sendo, o mesmo fato que desencadeou movimentos de convergência gerou, na sequência, divergências. Mas as incursões iniciais para a discussão do desenvolvimento social e do planejamento regional já haviam lançado luz a grandes questões e temáticas a serem reconsideradas, e a aparente dissociação dos grupos que se mobilizaram com o intuito de agregar agentes com a preocupação regional, na verdade, em pouco tempo, confluía para a formação de outros grupos, pequenos grupos, agora, trabalhando e se diferenciando em seus propósitos específicos e devidos lugares.

Considerando, de um lado, as normativas contidas no Estatuto da MetrÓpole (2015) e, de outro, a dialética do movimento social, fundada em convergências e divergências de agentes e iniciativas, a principal questão condizente às dinâmicas informacionais e comunicacionais (aí envolvidas) relaciona os processos de cooperação interfederativa e de participação social ao princípio da integração de ações no debate e no exercício das funções públicas de interesse comum (e serviços correspondentes) para o desenvolvimento social que também se pretende seja integrado. Tal seria a orientação geral para desencadear os processos de planejamento do desenvolvimento urbano-regional e da necessária reorganização territorial.

Compreender as relações entre os entes federados e entre estes e os cidadãos mais ou menos organizados socialmente não é algo simples de alcançar. Por isso, associar o descrédito geral nos processos de planejamento à inexistência ou insuficiência da qualificação política da ação social e sua organização, promovida junto a diversos agentes sociais. Daí a validade de indagar quais as orientações e ações qualificadoras da ação social para que se realizem de acordo com uma perspectiva política, de posicionamentos críticos diante da dinâmica e da realidade social e da condução pelo poder público em sua dialética de relações com a movimentação social, supondo, aqui, a participação deliberada ou espontânea na construção coletiva do entendimento de problemáticas urbano-regionais e dos desígnios e diretrizes do planejamento do desenvolvimento.

Se incertezas e desafios se interpõem no desenrolar do processo de organização para o planejamento conduzido pela Agemvale, passos iniciais foram dados por esta agência, incluindo o apoio técnico da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S. A. (Emplasa): reuniões do Conselho de Desenvolvimento, criação de um *website*, regulamentação do Fundo Vale e elaboração do Guia metodológico (2018) e Termo de Referência para o PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (2008), além de certas articulações com agentes regionais, tal como se sabe, pela mídia ou por testemunho.

Das documentações supracitadas, pode-se constatar, no discurso, dentre outros elementos balizadores do processo de elaboração do PDUI, alguns pontos em consideração que perpassam a questão do desenvolvimento urbano e regional e do ordenamento territorial para a execução das funções públicas de interesse comum.

Dentre eles, o Guia metodológico do PDUI destaca a importância de se analisar os eixos de expansão e as redes de centralidades; a acessibilidade metropolitana e os padrões de mobilidade; a dinâmica econômica regional e as condições de provimento dos sistemas de infraestrutura e serviços urbanos; e ainda, as questões do patrimônio ambiental (AGEMVALE, 2018b, p. 2). Refere-se, também, à necessidade de diretrizes para as relações entre Estado e municípios para a regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e a utilização de novos instrumentos urbanísticos, assim como as necessárias articulações entre políticas públicas setoriais.

Nesse escopo, e tendo em vista o macrozoneamento regional, “a indicação de áreas a serem objeto de projetos destinados ao equacionamento de problemas nas dimensões das funções públicas de interesse comum dos municípios metropolitanos” traduz, em sentido amplo, o princípio da seletividade de localizações prioritárias e o objetivo de “identificar territórios estratégicos aos sistemas metropolitanos de infraestrutura e/ou empreendimentos de porte regional”, potencializando usos compatíveis com a região (*Idem*, p. 3).

Define-se, ainda, o escopo do Sistema de Planejamento Integrado da MetrÓpole, no que se refere “à política de regramento interfederativo de dados, informações e monitoramento da MetrÓpole” (*Ibidem*, p. 3), bem como às diretrizes de monitoramento e avaliação dos processos de planejamento e implantação de projetos e ações.

Outro ponto crucial é a propensão discursiva à indicação de diretrizes e instrumentos que possam “desenvolver a consciência e identidade metropolitana” (AGEMVALE, 2018b, p. 4) bem

como “ampliar o conhecimento da sociedade a respeito da política urbana e das possibilidades de construção de ações metropolitanas, qualificando progressivamente os debates públicos nessa matéria” (*Idem*, p. 7). A esse respeito, o Termo de Referência para o PDUI destaca o seguinte:

[...] espera-se que [este] seja instrumento de promoção da consciência metropolitana, oferecendo elementos fundamentais para sensibilizar cidadãos e governantes sobre a relevância da pauta metropolitana na RMVPLN, que deverá mobilizar a atuação conjunta de diferentes atores do desenvolvimento regional (AGEMVALE, 2018a).

Quanto à participação da sociedade, o processo deve se estruturar em três fases: 1. *Mobilização*: por meio de divulgação na mídia (imprensa, radiodifusão, digital), convites a agentes sociais estratégicos da sociedade civil, publicidade em locais de grande circulação de pessoas; 2. *Informação*: incluindo divulgação de estudos, propostas e minuta da lei (PDUI), materiais a serem discutidos em atividades participativas, divulgação de listas de presença, atas e relatórios (sistematização de propostas) e emissão de boletins sobre andamentos do processo de elaboração do PDUI; 3. *Devolutivas*: referentes às propostas recebidas, incorporadas ou não incorporadas, com justificativas (AGEMVALE, 2018b, p. 7).

Além disso, fica estabelecido que “para amparar os procedimentos de comunicação pública e divulgação do processo participativo, assim como para hospedar ferramentas digitais de participação popular, será criada uma Plataforma Digital do PDUI-RMVPLN”, devendo reunir notícias atualizadas, informações e textos explicativos, arquivos, agendas, ferramentas digitais de participação social, vídeos, acervo ou biblioteca com informações e documentos de interesse do PDUI (AGEMVALE, 2018b, p. 8).

Nesse sentido, a questão das relações entre Estado e sociedade, nas discussões em torno do PDUI, torna-se o ponto crítico a partir do qual cumpre o acompanhamento dos processos e dinâmicas e a reflexão crítica. Ela pode ser discutida a título exploratório por meio da reflexão acerca do que parece ser a grande tarefa social e do poder público: a construção da esfera pública para o aprimoramento do debate social desejado acerca do desenvolvimento e dos rumos do planejamento regional.

Esfera pública, comunidade e comunicação: o lugar como resistência e bases para outra política

Em reflexão exploratória sobre a construção da esfera pública, a perspectiva da radicalização democrática (SILVA NETO, 2015) se combina à abordagem da democracia do homem comum (POGREBINSCHI, 2004) e das relações conceituais entre comunidade e comunicação, apoiada em Buber (1987) e Jovchelovitch (2000). Além disso, na óptica da transição ao novo período demográfico (Santos, 2000), a premissa do lugar como resistência (Santos, 1996; 2000) deve ser cotejada aos desafios que se interpõem ao desenvolvimento e à reorganização socioterritorial a partir do que se concebe por socialmente necessário (RIBEIRO, 2005; SILVA NETO, 2019) e o desejável em distintos horizontes do tempo.

Em recorrência a essas proposições, a questão da vida democrática ocupa o primeiro plano. Se a democracia está em crise, é preciso recuperar a ideia de democracia, sua raiz, compreendê-la em seu sentido essencial. Nas palavras de Pogrebinschi (2004), a respeito da teoria de John Dewey, a vida democrática se encontra em toda forma de associação humana,

[...] a democracia, a sua realização, transcende o Estado: ela encontra-se, simultaneamente, em todos os modos de associação humana dentro da comunidade, afetando-os reciprocamente. Para que a ideia de democracia seja realizada, em consequência, ela precisa produzir efeitos sobre a família, a escola, a religião, o trabalho (...), além de outras formas de associação humana (POGREBINSCHI, 2004, p. 44).

A ideia de democracia reside no princípio da vida associativa, na própria ideia de comunidade. Por isso, é entendida, em sua natureza social, como modo de vida, formador do caráter, do desejo e propósito das pessoas em todas as relações sociais (POGREBINSCHI, 2004, p. 50). Para que assim ela seja vivida, para que constitua experiência ou prática social, impõe-se a compreensão de comunidade, da comunidade real e de seus problemas (*Idem*, p. 46). É preciso consciência da vida

comunal e de suas implicações. Nessa prática, subentende-se a responsabilidade dos indivíduos em atividade (interação e compartilhamento) nos diferentes grupos dos quais participam, de acordo com os valores dos grupos. Do ponto de vista desses grupos, demanda-se a identificação e a liberação das potencialidades dos integrantes, conforme os interesses e bens comuns e a articulação flexível entre grupos diferentes (*Ibidem*, p. 46).

Na teoria de John Dewey, a capacidade da inteligência do homem comum para responder satisfatoriamente aos problemas sociais deve, por conseguinte, ser desenvolvida não apenas por meio da educação, mas também por meio da prática cotidiana da cidadania em uma sociedade democrática. E o que favorece o desenvolvimento da inteligência nos distintos momentos da vida associativa “é o livre exercício da comunicação” e a capacidade de lidar com os problemas comuns, por meio de interações, discussão e deliberação conjunta.

Daí a noção inicial de esfera pública constituída como espaço de participação na vida pública, reconstruída permanentemente a partir da convivência democrática, da relação dialógica (BUBER, 2009; JOVCHELOVITCH, 2000) entre indivíduos associados em grupos para o tratamento de assuntos do interesse comum, da vida vivida em comum em dado contexto social e lugar.

Em Jovchelovitch (2000), pode-se recuperar a noção de esfera pública em sua condição de realidade histórica, na contraposição à esfera privada e por meio do seu significado diferencial na *polis* grega e no modelo liberal burguês de esfera pública, a partir do século XVII.

Se no tempo da *polis*, entende-se o que é público como aquilo que é comum e pode ser visto e ouvido por todos, ao contrário do que deve permanecer oculto ou em âmbito particular, privado, daí depreende-se, tal como prossegue Arendt (1995), ultrapassar o domínio da necessidade para participar do domínio da política, “onde as pessoas desenvolvem suas capacidades para o discurso e a ação” (ARENDR, 1995; JOVCHELOVITCH, 2000, p. 47).

Nessa concepção, a esfera pública compreende o espaço da vida política, onde as questões importantes da vida humana, do interesse coletivo, exigem discussão e escolhas a partir da negociação entre pessoas diferentes. Nas palavras de Jovchelovitch (2000), e ainda com base em Arendt (1995), o sentido da esfera pública encontra-se precisamente no fato de que a experiência humana é a experiência da convivência com a pluralidade dos seres humanos e com a diversidade das perspectivas aí envolvidas. A esfera pública subentende, por isso, o espaço do encontro humano que une e separa os homens (ARENDR, 1995; SANTOS, 1989), em razão de constituir um mundo em comum que, todavia, os afasta pelas distintas posições sociais que nele ocupam.

Já no que se refere à esfera pública burguesa, sua definição envolve a compreensão da nova relação entre o que é público e o que é privado, supondo, agora, a mudança da natureza das relações entre Estado e Sociedade, em que o elemento público passa a ser o Estado, “uma instituição regulada de acordo com competências: a um aparato dotado do monopólio para o exercício legal da autoridade” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 54) e o privado, os grupos sociais “sem função pública ou oficial”, a sociedade civil de cidadãos privados. “A esfera pública burguesa é constituída por indivíduos privados que se reúnem para formar um público, ou para discutir questões de interesse público” (*Idem*, p. 55), construir e sustentar uma reflexão e uma discussão crítica de caráter político, por uma população alfabetizada e letrada, e por intermédio da imprensa, dos livros e das reuniões em lugares públicos (*Ibidem*, p. 55-56).

Novas condições à participação política e às relações entre estado e sociedade se estabelecem pelo diálogo fundamentado em racionalização e argumentação, com a sociedade desenvolvendo um conhecimento sobre si mesma, exigindo prestação de contas e publicidade do Estado para o escrutínio dos cidadãos, e utilizando os canais institucionalizados para levar ao Estado os seus interesses gerais. Nesse contexto, os meios de comunicação de massa tornaram-se centrais para a consolidação da esfera pública (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 56), para o debate social, para a opinião pública, para o consenso alcançado por meio de debate livre sobre a vida em comum (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 56).

Considerando as premissas ideais de debates no espaço público acessíveis a todos, questões em pauta de interesse comum a todos os participantes, desigualdades de posição desconsideradas e decisões tomadas pelos participantes em igualdade de condições, a esfera pública burguesa ocupa, ainda, um lugar importante nas discussões sobre democracia, cidadania e participação política. Embora haja uma disjunção entre princípios e ideias e sua realização, como diz Jovchelovitch (2000, p. 56), princípios são também, eles próprios, fatos históricos, com potencial para guiar o projeto de radicalização democrática da vida contemporânea.

Baseando-se em Jurgen Habermas, Jovchelovitch (2000, p. 59-60) ressalta o interesse da noção de esfera pública para a discussão de questões de interesse comum, em vista de um entendimento comum a despeito de divergências. Tal seria o objeto de uma construção histórica, apoiada em uma utopia e no sentido de comunidade, tal como se depreende da leitura de Buber (1987, p. 85), indo além, inclusive, e paradoxalmente, da ideia de uma “associação de homens unidos por um determinado propósito” e interesses comuns, e que se reúnem para servirem a esses interesses e atingirem a este fim.

Nesse caso, pondera Buber, se a ideia de uma comunidade suprassocial pudesse florescer, tal ideia designaria, ao menos, a aceção de uma orientação para a vida comunitária, e, nessa direção, os pequenos avanços ao longo do tempo já significariam muito. Nesse caso, a educação exerceria um importante e decisivo papel no desenvolvimento “de pessoas que, ordenadas e formadas diferentemente, [pudessem manter] uma autêntica relação entre si”, envolvendo não somente uma parte de seu ser, mas a totalidade de seu ser; uma relação dinâmica em que o importante seriam “as centelhas, o acontecimento verdadeiro” (BUBER, 1987, p. 87), a imediaticidade da relação, a relação sem intermediação, portanto, constituída apenas por uma comunicação ílesa, uma relação em que “os homens se [encontrassem] mutuamente na ação mútua, sem que algo de pessoal ou objetivo se interponha entre eles” (IDEM, p. 88).

Essa seria a base real das relações interpessoais contributivas da construção de experiências comunitárias e da constituição da esfera pública, do lugar como resistência, do mundo que se vê de onde se está. No período demográfico, a descolonização da visão de mundo se tornaria um processo em ação. Novas forças de resistências não deixarão de acontecer em diferentes tempos e lugares. Inspirando-se em Santos (2000; 1996), as forças que criam e sustentam desigualdades e fragmentação socioterritoriais deverão ser enfrentadas por uma ação social qualificada politicamente, mas com fundamento em um novo humanismo, concreto, o único motor possível para repensar o desenvolvimento social, econômico e urbano-regional e a construção do planejamento cuja centralidade é o homem, o social, o socialmente necessário.

Considerações finais

Com o papel que a informação e a comunicação alcançaram em nossos dias, o cotidiano das pessoas se enriquece, aumentam as novas possibilidades de intersubjetividade e produção de valores, consciência, imagens, discursos, filosofias, representações sociais e elaboração política.

O debate sobre a construção da esfera pública e da comunidade autêntica, inserido em um debate social maior sobre a crise de civilização em que vivemos (SILVA NETO, 2019), está em seu começo, mas são debates necessários e urgentes, pois ajudam a refletir sobre as formas contemporâneas da vida social, a vida em comum, sobre as bases de um novo modelo cívico e de uma outra política social e territorial.

O papel do trabalho acadêmico de formação social e política de novos pesquisadores, profissionais e cidadãos será de grande contribuição: oferecer à reflexão da sociedade, as análises sobre nosso tempo e lugar, sobre as novas condições ao desenvolvimento e seu planejamento, sobre a nova dimensão simbólica criadora do futuro a partir do presente, fundada na comunicação e na informação, em cada vez mais organização e consciência.

Agradecimento

Ao CNPq e à CAPES, pelo auxílio financeiro recebido nos últimos seis anos.

Referências

AGEMVALE. Termo de Referência para a formulação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (PDUI-RMVPLN). São José dos Campos, 2018a.

AGEMVALE. Guia Metodológico do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (PDUI-RMVPLN). São José dos Campos, 2018b.

- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando conceitos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- BICUDO, M. M. Padrões e singularidades. In: REIS Filho, N. G. (Org.). **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: Via das Artes, 2009, p. 247-257.
- BRASIL. Lei no 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>> Acesso: 16 out. 2015.
- BRETON, P. **Histoire de L'Informatique**. Paris: La Découverte, 1987.
- BRETON, P. **La Tribu Informatique**. Enquête sur une passion moderne. Paris: Éditions Métailié, 1990.
- BRETON, P. e PROULX, S. **L'Explosion de la Communication: La naissance d'une nouvelle idéologie**. Paris: La Découverte, 1991.
- BUBER, M. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BURKE, P. A cidade pré-industrial como centro de informação e comunicação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 193-203.
- CASTILLO, R. **Sistemas Orbitais e Uso do Território: Integração Eletrônica e Conhecimento Digital do Território Brasileiro**. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- FLICHY, P. **Una Historia de la Comunicación Moderna: espacio público y vida privada**. Gustavo Gili, México, 1993.
- GOMES, C. **Telecomunicações, informática e informação e a remodelação do território brasileiro**. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.
- GOMES, C. Space, Location, and Place. In: **Symposium "Introducing Milton Santos and "The Active Role of Geography"**, 2017. Organised by Lucas Melgaço and Tim Clarke. Disponível em: <https://antipodefoundation.org/supplementary-material/the-active-role-of-geography/>
- GIOVANNINI, G. (coord.). **Evolução na Comunicação: Do Sílex ao Silício**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- Pogrebinschi, T. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 23, p. 43-53, nov. 2004.
- RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: Silva, Cátia Antônia da et al. **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p. 93-111.
- RIBEIRO, A. C. T. **Teorias da ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RICHTA, R. **La civilización em la encrucijada**: Implicaciones sociales y humanas de la revolución científicotécnica. México-Madrid-Buenos Aires, Siglo veintiuno editores, 1971.

SANTOS, M. **Espace et méthode**. Paris: Publisud, 1989.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **O país distorcido**: O Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M. **Da totalidade e lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SÃO PAULO. **Lei Complementar 1166/12**, de 9 de janeiro de 2012. Cria a região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1166-09.01.2012.html>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

SÃO PAULO. **Lei Complementar 1258/2015**, de 12 de janeiro de 2015. Dispõe sobre a criação da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE, altera dispositivo da Lei Complementar nº 1.166, de 2012, e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1258-12.01.2015.html>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

SILVA NETO, M. L. **Cidades inteiras de homens inteiros**: o espaço urbano na obra de Milton Santos. Texto elaborado a partir de palestra proferida por ocasião do lançamento do Prêmio Milton Santos, na Câmara Municipal de São Paulo, em 25 de junho de 2003.

SILVA NETO, M. L. **Pistas de Projeto na Era do Humanismo Concreto**. Apresentação em Sessão Livre intitulada **Visões de mundo a partir do olhar de Ana Clara Torres Ribeiro**, no XVI ENANPUR, Belo Horizonte, 2015.

SILVA NETO, M. L. **Crise urbano-societário-humanista e urbanização contemporânea**: rumos para diálogos interdisciplinares, 2019 (no prelo).

TEILHARD de Chardin. **O fenômeno humano**. São Paulo: Cultrix, 2006 (8ª impressão da 1ª edição de 1988).



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.